

OAB argüirá aumento de empreiteiras

Tão logo seja promulgada a nova Constituição, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entrará diretamente com uma representação no Supremo Tribunal Federal pedindo a declaração de inconstitucionalidade dos dois decretos-leis do presidente Sarney, baixados ainda durante a vigência do Plano Cruzado, que reajustaram os preços dos contratos do governo com empreiteiras.

A decisão foi anunciada ontem pelo advogado Sérgio Sérvulo da Cunha, assessor do presidente da OAB, Márcio Tomás Bastos, para assuntos constitucionais. Sérvulo lembrou que a OAB, há meses, pedira ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que encaminhasse ao STF uma ação de inconstitucionalidade nesse sentido. Sepúlveda ignorou o pedido. Com a nova Constituição, a OAB será parte legítima para pedir diretamente ao Supremo uma ação de declaração de inconstitucionalidade.